

# DESTAQUES DA SEMANA

## Tecnologia da Informação

18 a 22 de novembro de 2024

### Nesta Edição

- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Regulatório](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Nomeações](#)

## Segurança Cibernética

- **Apresentado parecer a projeto de Conscientização e Prevenção contra Crimes Cibernéticos.** A deputada Franciane Bayer (REP/RS) apresentou [parecer favorável com substitutivo ao PL 177/2024](#), que trata da Campanha de Conscientização e Prevenção contra Crimes Cibernéticos cometidos por meio do uso indevido da inteligência artificial e apensado na Comissão de Educação (CE). O substitutivo da relatora privilegia o apensado, [PL 349/2024](#), que institui campanha de prevenção e combate aos crimes digitais contra crianças, adolescentes e pessoas com deficiência praticados com o suporte de ferramentas de inteligência artificial. Além dos objetivos similares aos apresentados pela proposta principal o substitutivo reproduz aqueles estabelecidos no apensado, e prevê também: (i) conscientizar profissionais da educação, estudantes, as famílias e demais envolvidos no ambiente escolar sobre os perigos do uso indevido da inteligência artificial; e (ii) informar que se considera crime a produção, reprodução, oferecimento, comércio, divulgação, transmissão ou porte que representem crianças, adolescentes ou pessoas com deficiência em cena de sexo, implícito ou explícito, e nudez, bem como a produção de imagens de cunho pornográfico com o uso de *deepfake*. Além disso, propõe ações para a campanha, como palestras, seminários, mensagens informativas, distribuição de materiais e divulgação de canais de denúncia. As

iniciativas podem ser realizadas em parceria entre União, entes federados e entidades da sociedade civil, com financiamento de recursos do Fundo de Direitos Difusos, orçamento público, convênios, doações e outros aportes.

## Inteligência Artificial

- **G20 deve pretende criar força-tarefa para discutir IA.** Relatório final da Cúpula do G20 propôs a criação de uma força-tarefa ou uma iniciativa de alto nível para discutir o uso da inteligência artificial (IA), com a presidência da África do Sul assumindo a responsabilidade de estabelecer diretrizes para a tecnologia. A iniciativa dará continuidade ao trabalho iniciado pelo grupo de economia digital do G20. Durante a presidência brasileira, ministros do Trabalho e Emprego do grupo concordaram em desenvolver diretrizes para a IA, destacando preocupações éticas e riscos relacionados à tecnologia, sem mencionar diretamente a regulação. O documento final apontou que, apesar das oportunidades oferecidas pela IA, há desafios significativos, como o risco de aumentar a desigualdade global e a necessidade de reduzir a desigualdade digital de gênero nos próximos anos. Também foi enfatizada a importância de incluir trabalhadores vulneráveis e garantir que o desenvolvimento da IA respeite a privacidade, a segurança dos dados e a propriedade intelectual. A meta de reduzir pela metade a divisão digital de gênero até 2030 e priorizar a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho foi destacada como essencial para enfrentar os impactos da evolução tecnológica.
- **Investimentos globais em IA devem ultrapassar US\$ 632 bilhões até 2028.** Os gastos globais com Inteligência Artificial (IA) devem mais que dobrar até 2028, alcançando US\$ 632 bilhões, com os Estados Unidos representando 53,1% do total, segundo a consultoria IDC. O crescimento será impulsionado pela rápida adoção de IA generativa, que sozinha movimentará US\$ 202 bilhões, e pela forte demanda por software, responsável por dois terços dos investimentos no setor. Os serviços financeiros liderarão os gastos, seguidos por software, serviços de informação e varejo, que juntos representarão 45% do total. A IDC aponta que avanços tecnológicos e melhorias na interação entre humanos e máquinas estão reduzindo barreiras para a adoção em larga escala, beneficiando processos, engajamento de clientes e inovações nos negócios. Com informações: [Tele.Síntese](#)

## Educação

- **Debate no Senado reforça apoio à proibição de celulares nas escolas.** A proposta foi tema de audiência pública na Comissão de Educação, onde especialistas e parlamentares discutiram possíveis restrições ao uso de celulares com o objetivo de preservar o ambiente de aprendizagem e a saúde dos estudantes. A medida, atualmente em avaliação pelo Ministério da Educação (MEC), busca enfrentar problemas como distração em sala de aula, sedentarismo, distúrbios de sono e dependência tecnológica. Durante a audiência, destacou-se que o debate sobre o tema vai além do Brasil, com diversos países adotando restrições para proteger os estudantes. Também foi ressaltada a importância de que qualquer proibição seja acompanhada

por uma educação digital orientada, promovendo o uso responsável das tecnologias. Pesquisas indicam que quase metade dos alunos se distrai com o celular durante as aulas e que o Brasil está entre os países que mais consomem dispositivos digitais no mundo. A iniciativa recebeu o apoio de especialistas, que enfatizaram a urgência de medidas para limitar o uso de celulares e sugeriram uma maior preparação das escolas para o uso adequado da tecnologia. Entre os exemplos práticos apresentados, destacou-se a implementação da entrega voluntária dos aparelhos antes das aulas, prática que promoveu maior interação social e melhorias no desempenho acadêmico dos alunos. Embora o tema gere consenso sobre a necessidade de ação urgente, há divergências quanto à adoção de uma lei específica. Alguns defendem que as escolas devem estabelecer suas próprias regras internamente, enquanto outros consideram a legislação uma forma de respaldar decisões institucionais e garantir a proteção do ambiente educacional. Com informações: [Agência Senado](#)

- **Projeto Aprender Conectado Alcança Mil Escolas com Internet via Fibra Óptica.** O projeto, que visa levar internet de alta qualidade a escolas públicas com recursos do leilão do 5G, alcançou a marca de mil escolas conectadas nas fases 2 e 3 de implementação. A iniciativa, que beneficiará cerca de 5,1 mil instituições até 2026, tem como foco áreas remotas de estados como Amapá, Acre, Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará e Roraima. O programa também prevê a instalação de sistemas de energia solar em escolas sem eletricidade. Com um investimento de R\$ 3,1 bilhões, o projeto é um esforço conjunto entre a Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (EACE), o Ministério da Educação, a Anatel e operadoras de telecomunicações, para promover a inclusão digital e melhorar a infraestrutura educacional. Com informações: [Teletime](#)

## Mídias Sociais

- **STF defende regulamentação de redes sociais para proteger a democracia.** O ministro do STF, Alexandre de Moraes, defendeu a regulamentação das redes sociais como essencial para restaurar a "normalidade democrática" no Brasil. Em discurso na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, criticou a falta de transparência dos algoritmos e o impacto das big techs no cenário político e econômico, acusando-as de gerar ambientes de ódio e manipulação. Na próxima semana, o STF julgará três ações que podem alterar o Marco Civil da Internet, debatendo a responsabilização das redes sociais por conteúdos de terceiros. A discussão já havia sido adiada em 2023 para aguardar avanços no projeto de lei das Fake News no Congresso, que ainda enfrenta obstáculos. Com informações: [Poder 360](#)

## PD&I

- **Apresentado parecer sobre financiamento de startups pelos fundos constitucionais.** A deputada Laura Carneiro (PSD/RJ) apresentou [novo parecer favorável ao PL 5306/2020 \(financiamento de startups pelos fundos constitucionais\)](#), com subemenda ao [substitutivo adotado pela CINDRE](#), no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT). A matéria está [pronta para inclusão na pauta deliberativa](#) da Comissão. Em seu parecer a relatora esclarece

que, ouvidas as sugestões de outros parlamentares e demais lideranças, decidiu alterar o substitutivo aprovado pela CINDRE para suprimir a expressão “*prioritariamente*” de seu art. 8º-B, de modo que as linhas de crédito especiais previstas sejam exclusivas à criação e ao desenvolvimento de *startups*. O substitutivo da Comissão de Integração Nacional define startups como empresas com foco em produtos ou serviços inovadores de base tecnológica e rápido crescimento. A proposta altera as diretrizes dos Fundos Constitucionais, priorizando o apoio a investimentos em pesquisa e desenvolvimento para promover a produtividade e gerar empregos. Dispositivos que tratavam de linhas de crédito para aquisição de bens de capital, folha de pagamento, e capacitação foram removidos, assim como a prioridade para startups voltadas ao combate a calamidades públicas. Também foi retirada a previsão de incentivos fiscais para startups com foco social e de inclusão. Após análise da CFT, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário e, caso aprovado na forma de substitutivo, retorna ao Senado Federal para deliberação das alterações promovidas. Caso aprovado na forma do texto aprovado pelo Senado Federal, a matéria será remetida à sanção presidencial.

- **Vai à CFT projeto sobre isenção tributária para startups do agronegócio.** A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) aprovou o [PL 9362/2017](#), que isenta startups do agronegócio de impostos federais por dois anos, seguindo o substitutivo da deputada Coronel Fernanda (PL/MT). A medida abrange empresas inovadoras nos setores agrícola, pecuário e aquícola, que atendam a critérios de crescimento e inovação. O Substitutivo limita a isenção ao agronegócio, justificando a necessidade de maior eficiência produtiva. Investidores dessas startups também terão isenção de até 5% no Imposto de Renda por dois anos. O projeto, que já foi rejeitado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, ainda precisa ser analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ); e pelo Plenário da Câmara.

## Regulatório

- **Designado relator de projeto sobre perda de mandato dos Conselheiros e Diretores das agências reguladoras.** O senador Beto Faro (PT/PA) foi designado relator de [PL 5012/2020](#) (*perda de mandato dos Conselheiros e Diretores das agências reguladoras*) na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). A matéria aguarda apresentação de parecer do relator para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. De autoria do senador Humberto Costa (PT/PE), o projeto altera a [Lei nº 9.986/2000](#), que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras para acrescentar as seguintes hipóteses de perda do mandato de membro de Conselho Diretor ou Diretoria Colegiada de agência reguladora: (i) de descumprimento injustificado e manifesto de suas atribuições, reconhecido em decisão fundamentada do Senado Federal, por provocação do Presidente da República ou mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal; ou (ii) de condenação penal irrecurável por crime doloso. Após análise da CTFC, a matéria segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Se aprovado, o projeto será remetido à Câmara dos Deputados.

- **CNPD Envia Contribuições à Agenda Regulatória da ANPD.** O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD) enviou à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) suas contribuições para a Agenda Regulatória do biênio 2025-2026, após a 3ª Reunião Ordinária realizada em novembro de 2024. O CNPD sugeriu seis temas prioritários para regulamentação, incluindo a proteção de dados de crianças e adolescentes, definição de alto risco na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), regulamentação do tratamento de dados de saúde e questões sobre dados pessoais para segurança pública. Outras propostas abordam boas práticas de governança e a compatibilidade entre proteção de dados e projetos de impacto ambiental. Com informações: [Convergência Digital](#)

## Economia & Tributário

- **Setores de Telecomunicações e TI Apresentam Demandas para Reforma Tributária.** Em audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, representantes dos setores de telecomunicações e tecnologia da informação (TI) apresentaram suas propostas para a reforma tributária. As telecomunicações defendem a ampliação do cashback de impostos, similar a outros serviços essenciais, como energia e água, com o objetivo de beneficiar famílias de baixa renda e aumentar a conectividade no país. O setor de TI, por sua vez, sugeriu a inclusão de novos serviços na alíquota reduzida e a criação de créditos presumidos para a contratação de pessoal. As propostas foram debatidas em um encontro que precede a apresentação do relatório final da reforma. Com informações: [Tele.síntese](#)
- **Debatedores solicitam ajustes na reforma tributária para áreas de livre comércio.** Na audiência pública da CCJ sobre o PLP 68/2024, especialistas debateram os desafios das Áreas de Livre Comércio (ALCs) na Região Norte diante da reforma tributária. O projeto visa isentar ou zerar tributos para empresas das ALCs, mas especialistas apontaram desafios como a priorização das indústrias em detrimento do comércio, que representa mais de 80% das empresas beneficiadas nas ALCs. A redução do impacto do IPI, anteriormente essencial para a competitividade das ALCs, foi apontada como um agravante, especialmente pela ausência de mecanismos específicos para compensar os efeitos no setor comercial, diferentemente da Zona Franca de Manaus (ZFM). Outros problemas incluem a lista de produtos proibidos, que não leva em conta particularidades legais de cada ALC, e o prazo de validade dos incentivos, limitado até 2050, enquanto os benefícios da ZFM vão até 2073. Além disso, houve pedidos para ampliar o prazo de utilização dos créditos presumidos de seis para 30 meses, facilitando a compensação tributária e atraindo novos investimentos. Representantes também defenderam a manutenção de protocolos fiscais estaduais, como o uso do Espírito Santo como ponto estratégico para distribuição de produtos da ZFM ao eixo Sul-Sudeste. Com informações: [Agência Senado](#)
- **Câmara aprova recursos permanentes ao Pronampe.** O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o [substitutivo ao PL 6012/2023](#) (*assegura recursos permanentes ao Pronampe*), conforme parecer apresentado pelo deputado Afonso Motta (PDT/RS). A matéria retorna ao Senado Federal, que deverá analisar as alterações do projeto. O texto aprovado acrescenta dispositivo para determinar que as sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), sociedades de capitalização e resseguradores locais deverão adquirir

– até o limite previsto na Resolução CMN nº 4993/2022 ou em normas que vier a substituí-la – no mínimo 0.5% ao ano dos recursos de suas reservas técnicas e das provisões em ativos ambientais conceituados como crédito de carbono, assim definido na Lei que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), e em cotas de fundos de investimentos.

- **Acórdão CG-FUST nº 46/2024 Simplifica Requisitos e Amplia Créditos para PMEs e Projetos Educacionais e de Calamidade.** O Acórdão CG-FUST nº 46/2024 introduziu mudanças significativas no Caderno de Projetos Reembolsáveis do Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Entre as três alterações promovidas, a primeira destaca-se pela flexibilização na exigência de dados para projetos de operações indiretas e apoio a calamidades, permitindo que as entidades beneficiadas forneçam informações reduzidas ao Conselho Gestor e dispensando a atualização prévia de dados antes da liberação de recursos, como no caso do crédito por conectividade destinada a Pequenas e Médias Empresas (PMEs) que utilizam uma lista da Anatel. A segunda modificação foca na criação de crédito para capital de giro no projeto “Infraestrutura Interna para Conexão das Escolas”, que atenderá PMEs que aumentarem suas conexões em pelo menos 50 acessos líquidos em um ano. Esses créditos, que podem chegar até R\$ 5 milhões por cliente a cada doze meses, variam conforme a localidade: R\$ 3.189,02 em municípios de baixa teledensidade e R\$ 1.594,51 em outras regiões. O regulamento seguirá as normas do agente financeiro, sem definição de beneficiários específicos. Por fim, a alteração que completa o pacote estabelece uma exceção quanto à necessidade de informações sobre indicadores em projetos voltados ao apoio em situações de calamidade pública, na captação de capital de giro.

## Trabalhista

- **Novo relator para o projeto de remuneração do empregado por invenção e modelo de utilidade.** O deputado Josenildo (PDT/AP), presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS), avocou a relatoria do [PL 2141/2023](#) e apensado. A proposta era relatada pelo deputado Helder Salomão (PT/ES), que devolveu a relatoria do projeto sem manifestação. A matéria aguarda apresentação de parecer para ser incluída na pauta da reunião deliberativa da comissão. De autoria do deputado Alberto Fraga (PL/DF), a matéria altera a Lei de Propriedade Industrial ([Lei nº 9.279/1996](#)), no dispositivo que se refere à remuneração ao empregado no caso de propriedade de invenção ou de modelo de utilidade. O texto substitui a garantia de “justa remuneração” por garantia de “remuneração de metade do valor do proveito econômico auferido”. Por outro lado, de autoria do deputado Jonas Donizette (PSB/SP), o [PL 169/2024](#), que tramita apensado ao PL 2141/2023, altera a Lei de Propriedade Industrial, estabelecendo que o empregador terá direitos exclusivos sobre invenções e modelos de utilidade por um período de cinco anos, contados a partir da data de concessão da patente. Além disso, a partir do sexto ano de concessão, 5% dos lucros obtidos com as patentes deverão ser pagos ao empregado, mesmo que não haja mais vínculo empregatício. Após apreciação da CICS, o projeto seguirá para análise das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, seguirá ao Senado Federal.

- **Ministério da Fazenda se posiciona sobre escala 6x1.** O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, afirmou que a discussão sobre a mudança da escala 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso), atualmente em debate no Congresso, está mais relacionada ao bem-estar dos trabalhadores do que à produtividade. Ele destacou que os impactos econômicos dessa alteração são difíceis de prever e requerem análise cuidadosa, já que as evidências científicas disponíveis sobre o tema são inconclusivas. Raquel Nadal, subsecretária de Política Macroeconômica, reforçou que há poucos exemplos de mudanças legais na jornada de trabalho em outros países e que as análises existentes se concentram em experiências empresariais, sugerindo a necessidade de mais estudos. Com informações: [Estadão](#)

## Internacional

- **Brasil e China fortalecem cooperação em sustentabilidade e indústria.** Durante a visita do presidente Xi Jinping ao Brasil, foram assinados 37 acordos entre os países, incluindo três pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Entre os destaques está a Carta de Intenções para cooperação em desenvolvimento sustentável, com foco em economia circular, intercâmbio de tecnologias e conhecimento, descarbonização e energia renovável. Além disso, foi firmado um Plano de Ação para investimentos industriais 2024-2025, com revisão prevista para 2025, e um Memorando de Entendimento para promover micro, pequenas e médias empresas no comércio bilateral. Os acordos integram iniciativas como o Novo PAC e a Nova Indústria Brasil, promovendo inovação, sustentabilidade e competitividade. Outro marco foi o “Plano de Cooperação” para alinhar projetos como a iniciativa chinesa Cinturão e Rota ao planejamento estratégico brasileiro, sem adesão formal ao programa chinês. Com informações: [Estadão](#)
- **Brasil e Chile firmam acordo para combater desinformação e desigualdade digital.** O memorando de entendimento visa a cooperação no combate à desinformação, especialmente sobre mudanças climáticas, e à desigualdade digital. O acordo, firmado durante a cúpula do G20 no Rio, é o primeiro do tipo entre países da América do Sul. Também inclui discussões sobre os desafios e benefícios da inteligência artificial. A parceria integra uma iniciativa global liderada pelo Brasil no G20, em colaboração com ONU e Unesco, para promover a integridade da informação climática. A ação conta com a participação de países como Dinamarca, França e Reino Unido. Com informações: [O Globo](#)
- **Brasil e China Firmam Acordo para Cooperação no Setor Digital.** O Ministério das Comunicações (MCom) do Brasil e a Administração Nacional de Dados da China (NDA) assinaram um Memorando de Entendimento visando fortalecer a colaboração bilateral no campo digital. O acordo abrange áreas como coordenação de políticas industriais, inovação tecnológica e transformação digital, com foco em tecnologias como 5G, big data e cidades inteligentes. Além disso, a cooperação incluirá a criação de um grupo de trabalho para promover trocas entre universidades, empresas e órgãos públicos. O ministro Juscelino Filho destacou a importância de expandir a parceria com a China, incluindo temas como inovação e sustentabilidade, além de fortalecer a regulação das políticas digitais. Com informações: [Tele.Sintese](#)

## Orçamento

- **Governo anuncia bloqueio no Orçamento e medidas para ajuste fiscal.** O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um novo bloqueio de cerca de R\$ 5 bilhões no Orçamento de 2024, somando-se aos R\$ 13,3 bilhões já contingenciados. A medida busca ajustar despesas obrigatórias crescentes, especialmente na Previdência, alinhando-se ao limite do arcabouço fiscal. Haddad também antecipou a divulgação de um pacote de contenção de gastos para 2025, com impacto projetado de R\$ 70 bilhões nos dois primeiros anos. Entre as medidas previstas estão a limitação do ganho real do salário mínimo, economias no abono salarial e reforço em ferramentas antifraude para benefícios sociais. Alterações em regras do seguro-desemprego e ações envolvendo militares das Forças Armadas, como o fim de pensões para "mortos fictícios" e a instituição de idade mínima para a reserva remunerada, também estão no pacote. As medidas visam reforçar a sustentabilidade fiscal e reduzir pressões orçamentárias futuras. Com informações: [Folha de S.Paulo](#)

## Nomeações

- **Ministério da Educação (MEC) nomeia nova diretora de programa para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.** O Ministério da Educação (MEC) anunciou a nomeação de Luciana Miyoko Massukado como nova Diretora de Programa da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. A portaria PR nº 1.231/2024 foi publicada com o intuito de potencializar as iniciativas voltadas para a educação profissional, um setor crucial no preparo de profissionais qualificados para o mercado de trabalho.